
**A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA INSERÇÃO
PERIFÉRICA NA ORDEM CAPITALISTA MUNDIAL.**

**THE BRAZILIAN UNIVERSITY: A HISTORICAL ANALYSIS OF PERIPHERAL
INSERTION ON THE MONDIAL CAPITALISTA ORDER.**

**LA UNIVERSIDAD BRASILEÑA: UN ANÁLISIS HISTÓRICO DE LA INSERCIÓN
PERIFÉRICA EN EL ORDEN CAPITALISTA MUNDIAL.**

Matheus Castro da Silva¹

Resumo: Este estudo visa entender a condição atual da Universidade brasileira com base no marxismo. Para tanto, a partir da Teoria Marxista da Dependência, consideramos que a Educação Superior só pode ser entendida na relação estabelecida com a estrutura social periférica/dependente em que se insere. Assim sendo, pesquisamos a história da Universidade, levando-se em consideração três momentos: a criação da USP, a primeira Universidade nacional, a Reforma Universitária de 1968, e o REUNI, a Reforma Universitária implementada em 2008. Destarte, compreendemos que, assim como a estrutura societária brasileira aprofundou a sua condição de dependência, a Universidade brasileira se incorpora a essa lógica, ampliando sua heteronomia.

Palavras-chave: Universidade, heteronomia, capitalismo dependente.

Abstract: This study aims to understand the current condition of Brazilian University based on marxism. Therefore, from the Marxist Theory of Dependence, we consider the College Education only can be understood at the relationship established with a peripheral/dependente social structure where is inserted. So, we researched the University history, considering three moments: the creation of USP, the first national University, the University Reforma at 1968, and the REUNI, the University Reforma implemented 2008. Thus, we comprehend that, as well as the Brazilian social structure deepened its dependence condition, the Brazilian University had been incorporated at that logic, expanding its heteronomy.

Key-words: University; heteronomy; dependente capitalism.

Resumen: Este estudio objetiva entender la condición actual de la Universidad brasileña basado en el marxismo. Para esto, a partir de la Teoría Marxista de la Dependencia, consideramos que la Educación Superior solamente se puede entender en la relación na relação estabelecida con la estructura social periférica/dependente en que se introduce. Así, nosotros investigamos la historia de la Universidad, en vista de tres momentos: la creación de la USP, la primera Universidad nacional, la Reforma Universitaria de 1968, y lo REUNI, la Reforma Universitaria retenida en 2008. Así, entendemos que, así como la estructura social brasileña tiene profundizado su condición dependiente, la Universidad brasileña si incorpora a esta lógica, con su heteronomía en expansión.

Palabras-chave: Universidad, heteronomía, capitalismo dependiente.

Introdução

O Modo de Produção Capitalista (MPC), mais que um conjunto de relações financeiras, é um modo de produção da vida, possuindo uma sociabilidade própria, que atinge todos os aspectos da vida daqueles que vivem sob a sua égide. Em virtude de sua própria lógica inerente de expansão, ele tende a atingir a todos os espaços do globo terrestre, assim como da vida dos seres humanos, de forma que podemos vê-lo enquanto o Modo de Produção hegemônico mundialmente. Faz parte de sua própria

dinâmica de expansão o desenvolvimento desigual nas diversas localidades em virtude da base material de cada local.

Buscamos apreender o desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da Teoria Marxista da Dependência. Por meio dela, almeja-se explicar a realidade brasileira a partir da forma pela qual o Brasil e outros países da América Latina se inserem na ordem econômica mundial.

Teoria marxista da dependência é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que interpreta, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial (CARCANHOLO, 2013, p. 192).

A espoliação das nações centrais do capitalismo sobre as nações periféricas ocorre a partir da apropriação do mais-valor por estas produzido, o que pode acontecer por uma série de fatores: uma maior produtividade das indústrias do centro do capitalismo em comparação às indústrias periféricas, o que lhes permite aumentar suas taxas de lucro; a mercadorização de produtos de maior valor agregado, com maior desenvolvimento tecnológico, enquanto os países periféricos se incorporam ao mercado mundial por meio da comercialização de commodities; a absorção das indústrias periféricas por meio de companhias internacionais, com as remessas de lucro, do mais-valor aqui extraído para fora do país; por fim, por meio de mecanismos financeiros, como a dívida pública, onde há a depleção crescente dos recursos desses países (MARINI, 2012; CARCANHOLO, 2013).

Para tanto, a classe dominante local precisava compensar essa perda do mais-valor absorvido fora do país, o que ocorre por meio do aumento da exploração do trabalhador local. A isso denomina-se superexploração, fenômeno que articula: a intensificação da exploração do trabalho, a ampliação da produtividade do trabalho sem que isso fosse por conta do desenvolvimento técnico-científico dos meios de produção, a ciência e a tecnologia tornavam-se “dispensáveis”; prolongamento da jornada de trabalho; remuneração do valor do trabalho abaixo do que se denomina por fundo necessário, que se torna fonte de acúmulo de mais-valor (MARINI, 2012; CARCANHOLO, 2013).

Como o MPC tende a se expandir para todas as esferas da vida humana, essa condição de dependência não possui consequências apenas no que tange ao desenvolvimento econômico do país, mas também afeta as esferas social, cultural, política, tecnológica. Destarte, entendemos que não é possível compreender a universidade brasileira sem entender a sua condição de país capitalista periférico.

A razão para isso é tão direta quanto complexa: com a universalização do MPC, as relações de classes também se tornam um problema mundial, particularmente para os centros de onde emanam as relações de dominação imperialistas, o que explica a importância das interferências externas em setores estratégicos da reprodução social, como é o caso da educação (MINTO, 2011, p. 100).

Sendo assim, iremos estudar a Universidade brasileira tendo como o ponto de partida e base de nossa pesquisa a condição socioeconômica do país, a forma pela qual nos inserimos na ordem mundial capitalista – dependente e periférica.

A criação da USP: um marco em uma Educação Superior colonial.

O Brasil se inseriu na ordem mundial enquanto colônia de Portugal, tornando-se então uma nação satélite do núcleo capitalista, e, enquanto tal, passa a depender dos impulsos externos para fazer avançar a ordem social local. Contudo, esses impulsos externos não chegam ao país de forma imediata, mas passam por mediações da ordem sociometabólica local – estamental, conservadora e escravista (FERNANDES, 2009). A criação da USP apenas em 1934 corresponde à própria história da formação socioeconômica brasileira, uma sociedade capitalista periférica e dependente. Uma economia basicamente agroexportadora de ordem colonial, dependente do exterior inclusive para obter os meios de vida, inclusive a mão de obra era vinda de fora, os escravos africanos e depois os imigrantes europeus. Assim, a ida ao exterior dos filhos da elite para o seu letramento na Universidade de Coimbra era o passo natural para esse modelo de desenvolvimento econômico, além de coerente com a base material da economia. Outro fator era a identificação do trabalho produtivo com a escravidão, ou seja, a cisão entre trabalho manual e intelectual era levada ao seu limite (MARINI; SPELLER, 1977).

A ausência de instituições de Educação Superior se manteve até a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil, em virtude de uma política da própria Coroa que proibia a sua criação em sua colônia, seja para manter a condição de dependência da colônia, seja para evitar qualquer surto “nacionalista” dos colonos (MINTO, 2011). A partir dos anos 1800, com o ingresso aqui da Coroa de Portugal, foram criadas as primeiras instituições de Ensino Superior, Faculdades isoladas de direito, medicina e engenharia, com um profundo distanciamento do trabalho produtivo, considerado pela classe dominante algo “inferior”, realizado por escravos. Logo, a Educação Superior nasce no país como uma grande distinção de classe, sendo simbolicamente utilizada para reforçar os privilégios de classe (AUTOR, 2015).

A transição do século XIX para o século XX foi de grandes mudanças tanto a nível local, quanto a nível mundial. Período que marcou o crescimento de novas potências como os Estados Unidos da América (EUA) e Alemanha, chocando-se com os interesses da Inglaterra, até então hegemônica. “Com a expansão mundial do MPC, expansão essa que é inerente à lógica de reprodução e acumulação do capital, aumenta a tendência integracionista do capital, por meio da exportação de capitais e da subordinação tecnológica dos países da periferia do capital” (SILVA, 2015, p. 50).

Houve os primeiros passos para estabelecer uma industrialização/urbanização no país: grande investimento de infraestrutura, deslocamento do eixo econômico para o Centro-Sul, especialmente Rio-São Paulo, ampliação da concentração de renda e poder na burguesia brasileira, embora houvesse uma agudização dos conflitos intraburgueses. Todavia, a Educação Superior não muda o seu caráter elitista, nem mesmo após a Independência política do país. Com a assunção de um governo republicano com bastantes influências positivistas, crescem muito durante a Primeira República as ideias de um desenvolvimento geral da humanidade, e que isso seria fruto do desenvolvimento educacional e espiritual do país, e a Universidade, que deveria ser a instituição capaz de realizar a evolução espiritual do país, seria o centro disseminador do desenvolvimento brasileiro e consolidando a democracia, de acordo com frações da elite local (ORSO, 2007a).

Dessa feita, após a Revolução liderada por Vargas em 1930, no ano de 1934, cria-se a primeira universidade no país, a USP, com a reunião em uma instituição dos cursos isolados que materializavam o ensino superior no país, uma universidade estadual, algo possível graças ao regime republicano, seria o primeiro exemplo daquilo que se denomina por Universidade conglomerada, “as escolas superiores agregadas entre si, mantidas e fortalecidas sua estrutura tradicional e suas tendências autárquicas pela conglomeração, passaram a ser chamadas de ‘universidade’” (FERNANDES, 2004, pp. 287-288).

“Os objetivos são claros e não escondem que a universidade deveria estar voltada para a formação da elite e para a seleção dos mais capazes” (ORSO, 2007a, p. 56). Essa elite seria aquela capaz de dirigir o país em busca do seu desenvolvimento – a USP deveria ser a irradiadora de valores como a unidade nacional, o nacionalismo, a democracia, harmonizar os conflitos sociais, e devolver a São Paulo a sua posição hegemônica no país. Dessa forma, a USP e sua criação vem a corroborar com a condição de dependência do país: o elitismo que marca a estratificação de classes em um país dependente; o descolamento da formação universitária do trabalho produtivo, onde há uma cisão extrema entre trabalho intelectual e trabalho manual; a importação de professores e saberes forâneos para serem aqui transplantados, o que ressalta a dependência intelectual e cultural; estrangulamento orçamentário, dificultando a realização de pesquisas e também a produção de um conhecimento crítico. Essa é a base da Universidade dependente, ainda que haja movimentos de resistência em seu interior, e, muitas vezes, ela consiga ser um polo de mobilização da luta de classes.

A Reforma Universitária de 1968: “a modernização conservadora” da Educação Superior.

O Golpe Militar ocorre após o denominado “ciclo nacional-desenvolvimentista” do Brasil, em que houve um grande surto de industrialização, com a afirmação de uma poderosa burguesia brasileira, complexificando das relações de dependência, e, em contrapartida, há uma grande intensificação da luta de classes no país com uma maior organização e combatividade da classe trabalhadora brasileira.

“Assim como a indústria brasileira dependia do processo de transplantação de tecnologia, a Universidade brasileira também se constituía em um polo de adaptação dos conhecimentos advindos do centro do capital” (SILVA, 2015, p. 53). Dessa forma, heforça-se a importação dos modelos educacionais vindos de fora, além de ideias e modelos culturais, que, por não possuírem uma base material correspondente, além de ter a mediação de uma sociedade de classes que se aproximava do padrão estamental, autoritário, já nascem em um processo de *senilização precoce* (FERNANDES, 2004).

É importante ressaltar o papel dos intelectuais no que diz respeito à heteronomia da Universidade brasileira, que, seja para manter o seu *status* e benefícios, seja por conta do medo da repressão do Estado, afinam-se com os interesses da burguesia local e internacional, subordinando-se à lógica da transplantação de conhecimentos, de forma que as “Universidades [...] aceitam modelos inócuos ou contraproducentes, porque seus educadores, cientistas e tecnologistas preferem preservar o nível de prestígio vinculado à associação com os centros mais avançados” (FERNANDES, 2009, p. 136). Entretanto, a Universidade também se constituiu em um grande polo de mobilização da classe

trabalhadora, em especial da juventude com o movimento estudantil. Em virtude da industrialização, amplia-se a necessidade de uma mão de obra mais qualificada, o que aumenta o acesso da classe trabalhadora, ainda que de forma bastante limitada, à Educação Superior.

Com o Golpe Empresarial-Militar, o governo decide calar os intelectuais mais críticos e progressistas e o movimento estudantil pelo risco de provocar instabilidades no sistema, sobretudo os estudantes. “Através do Estado Militar, o grande capital nacional e estrangeiro assume a plena hegemonia política sobre a sociedade em seu conjunto e se impõe a tarefa de reestruturá-la em seu próprio benefício” (MARINI; SPELLER, 1977, p. 11). Assim, a Universidade brasileira deveria ser modernizada estando apta a atender às demandas do mundo capitalista, além de propiciar uma estabilidade política à ordem societária da época.

Seguindo os encaminhamentos do ano de 1968, o marechal Arthur da Costa e Silva, por meio do decreto n. 62.937 de 2 de julho do mesmo ano, cria o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), para estudar e intervir na universidade brasileira tendo em vista uma modernização, progressiva eficiência, com flexibilização da administração, e também formar recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país (ORSO, 2007). O GTRU apresenta várias propostas, como cobranças de mensalidades em universidades públicas; extinção do regime de cátedras em prol do regime integral ou de dedicação exclusiva; fim da estabilidade do serviço público, além de uma reorientação do ensino médio e a criação de ciclos básicos de curta duração (LIMA, 2006). Tentou-se unir a aceleração do crescimento econômico com a ampliação do acesso ao ensino superior “por meio do estrangulamento do sistema público de ensino e do aprofundamento de sua privatização, via financiamento público para as instituições de ensino superior privadas ou pela autorização de abertura de novos cursos privados” (LIMA, 2006, p. 33).

A base dos trabalhos do GTRU foram os estudos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Escola Superior de Guerra, Plano Atcon, acordos MEC-USAID.

O projeto da reforma universitária, visando a democratizar e franquear a participação dos estudantes, começou como uma exigência dos movimentos estudantis. Nas vésperas do golpe militar, também passou a ser reivindicada pelos professores. À medida que o movimento pró-reforma se intensificava, essa bandeira passou a ser incorporada pelo Estado, até que, após o golpe militar, foi completamente arrebatada pelos militares em 1968 (ORSO, 2007b, p. 75).

O Governo apropriou-se de algumas bandeiras levantadas, sobretudo pelo movimento estudantil, realizando uma “modernização conservadora” na universidade brasileira, garantindo que ela produzisse uma mão de obra voltada para o capital monopolista nas indústrias multinacionais, incorporou uma gestão tecnocrática-empresarial, além da racionalização de recursos. “Ao final, as medidas serviram para desmobilizar, castrar e despolitizar os estudantes e a universidade, além de estimular a privatização do ensino” (ORSO, 2007b, p. 78).

A Reforma Universitária trouxe alguns avanços como “a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a implantação do regime de trabalho de dedicação exclusiva, a abertura de espaços para a participação estudantil nos órgãos colegiados” (ORSO, 2007b, p. 82).

Entretanto, os aspectos negativos eram mais intensos: ampliaram o autoritarismo dentro das universidades, imbuídas de grande espírito privatista e empresarial. Sendo assim, era uma “reforma universitária consentida”, fruto da correlação de forças da luta de classes naquele momento.

A tradição do ensino superior no Brasil se constituía como sinônimo de elite, que se apresentava como modelo de “democracia”, de “civildade” e de progresso social. Assim, bloqueava todas as iniciativas que pudessem por em xeque seus interesses; pavimentava os caminhos para a repressão e para a conservação do *status quo*. Para mantê-lo, anulou até mesmo a democracia e a liberdade formal e submeteu seus alunos, funcionários e professores à tirania e ao autoritarismo (ORSO, 2007b, p. 83).

Realiza-se um processo de “modernização conservadora” da Universidade brasileira, aprofundando o seu caráter dependente. Apreende-se o caráter de classe de um país de capitalismo dependente, onde o Estado em momentos de maior contestação social, torna-se claramente um aparato de classe para conter os avanços e garantir e ampliar a dominação da burguesia, garantindo a sua viabilidade política e também econômica, favorecendo o crescimento de uma burguesia de serviços, com o crescimento da iniciativa privada.

A Universidade brasileira 40 anos depois: as consequências do REUNI.

Com o fim da Ditadura Empresarial-Militar e o acirramento da luta de classes no país, destacando-se o crescimento da classe trabalhadora organizada por meio do Partido dos Trabalhadores (PT), a sociedade brasileira inaugura um novo ciclo de lutas com o avanço na aquisição e consolidação de uma série de direitos, cuja grande marca foi a Constituição Federal de 1988. A Educação Superior foi protagonista dessas lutas, com o movimento estudantil e também pelos movimentos de servidores técnico-administrativos e docentes. Todavia, a partir das eleições de Fernando Collor em 1989, a luta de classes no país muda de patamar, com a intensificação do combate aos sindicatos e todos os movimentos organizados da classe trabalhadora, resultando no enfraquecimento dos mesmos (SILVA, 2015; MIRANDA, 2011).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o discurso neoliberal ganha mais força no país, iniciando-se a consolidação e intensificação do neoliberalismo no Brasil. A tônica do Governo FHC foi o “o processo de radicalização do projeto neoliberal no Brasil, privatizações, política “entreguista” do setor público, redução dos gastos com os serviços sociais, e vemos que o Governo FHC endurece na batalha com os sindicatos, imputando uma série de derrotas ao movimento” (SILVA, 2015, p. 94). Já, para a Universidade pública: arrocho salarial dos servidores técnico-administrativos e docentes; congelamento e cancelamento de concursos públicos para o suprimento de ambos os cargos, enquanto houve uma grande expansão do número de vagas, precarizando as condições de trabalho; diminuição dos recursos públicos destinados ao seu custeio, em suma, foi um período de total sucateamento da Educação Superior pública, enquanto o setor privado ganhava cada vez mais incentivos.

Essa situação ocorre direcionada pelos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial (BM), que implementava em suas diretrizes para os países periféricos uma redução dos investimentos do setor público, e o estímulo ao setor privado, especialmente por meio da diversificação

do acesso à Educação Superior. Dentre as propostas do BM se encontravam: diversificação da oferta da educação superior, com instituições universitárias e não universitárias de diversos tipos, públicas e privadas; diversificação das fontes de financiamento, inclusive preconizando a cobrança de mensalidades nas instituições públicas, o corte de gastos com assistência estudantil, vendas de “serviços educacionais” e parcerias com a iniciativa privada, administradas pelas fundações de direito privado; qualificação dos programas de curso superior por meio de sua aproximação com as demandas do setor produtivo e iniciativa privada (LIMA, 2011).

Estimulava-se uma nova estrutura de Educação Superior: aprofundamento da heteronomia institucional, na qual as pesquisas deveriam se subordinar à iniciativa privada, e, ademais, o próprio BM determinava que os países periféricos não deveriam gastar seus recursos com pesquisas e produção de conhecimentos, o que já era feito pelos países centrais; consolidação do ensino terciário, a partir da diversificação da Educação Superior, abrindo vagas para faculdades isoladas, e garantindo a dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, ainda que não de modo oficial (BARRETO; LEHER, 2008; LIMA, 2011).

Com a vitória de Luiz Inácio da Silva (Lula) pelo Partido dos Trabalhadores, ocorre um aprofundamento nas medidas neoliberais de seu antecessor desde o início do seu Governo, como, por exemplo, a Reforma da Previdência em 2003, o Plano de Aceleração do Crescimento, calcado, sobretudo na realização de Parcerias Público-Privadas, onde a iniciativa privada se apropriaria de grandes parcelas do fundo público para realização das obras de infraestrutura, como habitação, saneamento, e etc., por fim, marco principal foi a manutenção da política de superávit primário, em que havia corte do orçamento público nas áreas sociais para o pagamento da dívida pública.

Para a Educação Superior, o governo elabora um conjunto de medidas, como a Lei de Inovação Tecnológica, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), expansão da EAD, a contratação de Parcerias Público-Privadas para a gestão das Universidades públicas, o que significa uma continuidade nas diretrizes políticas sugeridas pelo Banco Mundial para o país e seguidos à risca por FHC e agora por Lula: abrir cada vez mais espaço para a iniciativa privada, inclusive com a transferência de verbas públicas por meio do PROUNI; diversificar o acesso à Educação Superior, crescendo os cursos em Faculdades isoladas em detrimento das instituições universitárias; abertura para a iniciativa privada sustentar os laboratórios de pesquisa e extensão das universidades públicas em troca de isenções fiscais; garantir mecanismos de gestão empresarial dentro das Universidades públicas, com a otimização de recursos materiais, financeiros e humanos (LIMA, 2011; SILVA, 2015).

O REUNI foi um contrato de gestão assinado entre as Universidades e o MEC, no qual havia a promessa de concursos e verbas para aquelas instituições que aderissem. As verbas estariam condicionadas ao cumprimento das metas, sendo que quanto maior fosse a expansão maior seria a quantidade de verbas destinadas para as instituições, o que ocasiona expansões muito maiores do que as metas inicialmente previstas. Esse programa veio para consolidar esse conjunto de medidas no espaço da Universidade pública. Tendo por diretrizes gerais a expansão da Relação Aluno-Professor (RAP) de cerca de 13 para 18, uma conta que inicialmente parece razoável, pois, a cada professor na instituição existiriam 18 alunos, mas

é bastante prejudicial, porquanto os professores universitários além das tarefas em sala de aula possuem atribuições de pesquisa, extensão, atividades na pós-graduação, além de cargos de chefia e exigências burocráticas, o que significa um aumento em média de 90% do número de alunos, enquanto o número de docentes teria um aumento máximo de 30%. Essa ampliação do número de alunos também deveria ocorrer com base na criação de novos cursos, muitas vezes a partir da fragmentação de cursos antigos. Além disso, a intenção era ampliar a Taxa de Sucesso na Graduação, ou seja, os graduandos que se formam no tempo normal dos cursos, de cerca de 65% para 90%, o que concretiza um plano de certificação em larga escala, para isso, seria fundamental a flexibilização curricular, a implementação de sistemas de disciplina à distância, reduzindo a frequência dos alunos na Universidade. A essas metas, haveria uma contrapartida financeira de aumento de, no máximo, 20% corresponde à dotação orçamentária das instituições na época da assinatura do acordo (SILVA, 2015).

Além disso, na contabilização dos alunos, os cursos com pós-graduação consolidadas teriam um acréscimo em sua contagem, possuindo menor obrigatoriedade de expandir as vagas, o que faz com que as Universidades tradicionais, contando com centros de pesquisa de excelência, tivessem que expandir menos para cumprir as metas, enquanto aquelas criadas mais recentemente não possuísem as mesmas prerrogativas. Cria-se uma cisão entre as Universidades, que são hierarquizadas entre centros de pesquisa e centros de ensino, onde estas últimas, em virtude das exigências de expansão para além de suas capacidades, muitas vezes possuem seu acesso a atividades de pesquisa e extensão obstaculizadas pelas demandas com salas de aula e cursos de graduação, o que é denominado por Ensino Terciário, seguindo as diretrizes do Banco Mundial (BARRETO, LEHER, 2008; LIMA, 2011; MINTO, 2011).

Dessa forma, a Universidade pública brasileira passa por um grande processo de sucateamento e reestruturação, o que entendemos reafirmar e aprofundar a sua condição heterônoma e dependente, pois, a pesquisa autônoma e crítica é cada vez mais obstaculizada, enquanto a maioria dos laboratórios de pesquisa que conseguem sobreviver são aqueles ligados diretamente ao setor produtivo e à iniciativa privada. Com a queda do financiamento público para a educação pública, as condições de trabalho e estudo tornam-se crescentemente precárias, enquanto a lógica expansionista agudiza esse processo, criando, então, um ciclo vicioso, que, estruturalmente é impossível de ser rompido enquanto permanecermos inseridos na lógica capitalista, o que nos prende à condição capitalista periférica.

Conclusão

A história da Universidade brasileira em muito se confunde com a história de nossa sociedade, o que se explica em virtude da intrínseca relação entre instituição e sociedade, onde, dialeticamente, uma determina a outra. Nesse sentido, a partir de uma condição capitalista dependente, a Educação Superior também assume uma forma a consolidar essa condição, tomando uma forma e um conteúdo igualmente dependentes, limitados historicamente pela base material em que estão inseridas. O transplante de valores, conhecimentos, ideias e instituições vindas de fora devem necessariamente passar pelas mediações da ordem sociometabólica local. Uma das condições de dependência é justamente a dependência cultural e

científica, logo, as Universidades periféricas não podem produzir um conhecimento crítico/autônomo, necessitando dos conhecimentos e pesquisas produzidas no centro do capitalismo para que continue exercendo seu papel.

Lembramos que a condição periférica não é fruto de uma imposição externa, onde a classe dominante local seria vítima, mas é uma forma de dominação associada, onde a burguesia dependente, ainda que sócia minoritária desse processo ao perder poder econômico e autonomia política, se mantém nessa situação para usufruir dos privilégios de classe próprios de um sistema capitalista. Dessa forma, concluímos que a condição periférica/dependente seja da sociedade, seja de suas instituições, não pode ser rompida se não com a ruptura do capitalismo, logo, não há possibilidade de superar a situação periférica por dentro do capitalismo, apenas com a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Referências

- BARRETO, R.G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior emerge “terciária”. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 39 set./dez. 2008.
- CARCANHOLO, M.D. O atual resgate crítico da teoria da dependência. **Revista Trabalho, Educação, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.
- FERNANDES, F. Universidade e desenvolvimento. Pg. 272-316. In: IANNI, O. (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4.ed. São Paulo: Global, 2009.
- LIMA, K.R. de S. Capitalismo dependente e “Reforma universitária consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: SIQUEIRA, A.C. de; NEVES, L.M.W. (orgs). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Editora Xamã, 2006.
- _____. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.
- MARINI, R.M.. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARINI, R.M.; SPELLER, P. **A Universidade Brasileira**. 1977. Disponível em: <http://visaoemparalaxe.blogspot.com.br/2012/06/universidade-brasileira.html>. Acesso em: 20/03/2014.
- MINTO, L.W. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. 326f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas. 2011.
- MIRANDA, A.K. As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT. 2011. 400f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História. UFF, Niterói. 2011
- ORSO, P.J. A criação da Universidade e o projeto burguês de educação no Brasil. p. 43-62. In: ORSO, P.J. (org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007a.
- _____. A Reforma Universitária dos anos de 1960. p. 63-86. In: ORSO, P.J. (org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007b.
- AUTOR. **O REUNI na UFF: da precarização das condições de trabalho à luta nos *campi***. 2015. 307f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. UFF, Niterói.

Notas

¹ Possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Atualmente, é professor da Rede Municipal de Nova Iguaçu, e se formou Mestre em Educação na Universidade Federal Fluminense (2015). Campo de estudos na Área das políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil. Email: matheusefufri@hotmail.com

Recebido em: 02.06.2015

Publicado em: 31.12.2015